



Revista do Instituto de Estudos
Brasileiros

ISSN: 0020-3874

revistaieb@usp.br

Universidade de São Paulo
Brasil

de Freitas Barbosa, Alexandre
"Era Lula", "Desenvolvimentismo" e as desigualdades estruturais
Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, núm. 58, junho, 2014, pp. 135-136
Universidade de São Paulo
São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=405641280007>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

“Era Lula”, “Desenvolvimentismo” e as desigualdades estruturais

O dossiê “O Brasil do Período Lula”, do presente número da Revista do IEB, promove um debate interdisciplinar – que vai da cultura para a economia passando pelas políticas públicas – sobre os dilemas do Brasil contemporâneo. Inicialmente, a ideia, seguida por vários dos autores, consistia em problematizar a “Era Lula”. Uma opção pela neutralidade levou à mudança do título.

Mas a questão mantém-se em aberto. Pode-se falar de uma “Era Lula”, no mesmo sentido em que houve uma “Era Vargas” e não teria havido uma “Era FHC”? Não se trata de preferência ideológica ou política. O objetivo é olhar o presente com distanciamento histórico, como se já passado fosse.

Parte-se da hipótese de que o governo Lula teria redefinido as contradições da sociedade brasileira, trazendo assim uma inflexão histórica, diferentemente do ocorrido nos anos 1990. Por inflexão, sugere-se um novo compasso na evolução das estruturas sociais, políticas e econômicas, cujo sentido não está dado *a priori*, pois depende do mosaico de possibilidades do presente na sua lenta transformação em futuro.

A Era Lula, encarada sob este prisma, não se refere apenas ao governo Lula, mas a um conjunto de movimentos por ele detonados, os quais geraram ações e reações por parte da sociedade, e vice-versa. Tampouco se sugere – tal como na repetida frase, hoje anedótica, “nunca antes na história deste país” – que o Brasil tenha se libertado do passivo colonial, da dependência e do subdesenvolvimento.

Ao contrário, tais conceitos, geralmente vistos como antiquados, se operacionalizados para o novo contexto, poderiam revelar um potencial analítico mais poderoso do que o contido nas análises tópicas e unidimensionais sobre a precariedade do sistema político, a suposta uniformização cultural e a tão propalada ascensão da nova classe média, para citar apenas alguns exemplos.

Cabe enfatizar, ainda, que a Era Lula se ergue sobre a herança deixada pelo período FHC. Ao invés de qualificá-la como “maldita”, como o fazem muitos petistas, não há como negar a dupla relação de ruptura e continuidade entre os dois governos. Os futuros historiadores irão esmiuçar os termos dessa relação dialética nos vários âmbitos da vida nacional, o que agora parece difícil em virtude da simultaneidade de transformações ocorridas, algumas das quais apenas aparentemente incoerentes entre si.

Para além do juízo que se faça do personagem e de seu governo, é no plano das suas contradições que se move a sociedade brasileira, independentemente dos resultados eleitorais da disputa presidencial em 2014.

Quais são elas? Um filme em câmera lenta nos ajuda a visualizá-las. O país da retomada do crescimento econômico, hoje em desaceleração, com agravamento dos problemas de infraestrutura; dos avanços sociais em termos de redução da desigualdade de renda e de ampliação do acesso a algumas políticas públicas; do maior protagonismo do país no cenário internacional, arvorando-se o presidente inclusive à condição de “pai dos pobres” global; do enrijecimento do debate político a partir de uma aliança de poder que vai da direita à esquerda com todos os matizes intermediários; do operário que cede aos apelos da bancada ruralista e usa um boné do MST; da crescente cooptação dos movimentos sociais, ao mesmo tempo em que estes veem algumas de suas bandeiras serem transformadas em políticas concretas; do slogan “país rico é país sem pobreza”, tão do agrado da alta finança; da ofensiva da mídia, que ataca o presidente operário, cerceando o seu raio de ação; e, finalmente, das recentes manifestações, que revelam o abismo entre as conquistas do governo e as desigualdades estruturais em termos de acesso às políticas sociais, no seu sentido amplo, e aos direitos de cidadania.

Era Lula por significar um ponto de não-retorno. O desenvolvimento – com a superação das contradições – não está dado de antemão, pois a regressão também é possível. Mas regressão nos termos colocados por esse período da vida nacional em que as aspirações coletivas chegaram ao seu ápice, mais pelo que falta fazer do que pelo que foi feito.

“Desenvolvimentismo”, outro termo que perpassa os textos que compõem o dossiê. Por um lado, ressaltando as transformações estruturais vivenciadas no período; por outro, mostrando a sua limitação a um restrito enfoque economicista, encarando o social como aumento do poder de consumo, sem esquadrinhar as tensões urbanas do Brasil contemporâneo. Que o termo seja pronunciado parece, em si mesmo, já um avanço. Que não se consiga delimitar a agenda do desenvolvimento de modo a abarcar uma nova utopia civilizatória, tanto por parte dos defensores quanto de seus críticos, revela a distância com relação a uma nova perspectiva desenvolvimentista sem aspas. Apesar da sua insuficiência, o simples fato de que uma palavrinha do nosso passado volte a povoar o nosso presente é também característica da Era Lula.

Enfim, o Brasil da segunda década do século XXI é bastante diferente do Brasil da última década do século XX. Sim, as desigualdades estruturais estão aí, em alguns aspectos, atenuadas, em outros, acentuadas. A pedra continua no meio do caminho. Será possível removê-la?

Alexandre de Freitas Barbosa

*Professor de História Econômica e Economia Brasileira do
IEB/USP*